

**CLIPPING**

**Título:** Amazonenses terão R\$ 110 mi para financiamentos e microcrédito maior

**Veículo:** Em Tempo

**Data:** 26.12.18

**Enfoque:**  
Positivo (X) Negativo ( ) Neutro ( )

**Caderno:** Economia

**Página:** 12

**Link:** <http://d24am.com/economia/termina-nesta-sexta-prazo-para-renegociar-dividas-com-a-prefeitura-de-manaus/>

# Amazonenses terão R\$ 110 mi para financiamentos e microcrédito maior

O recurso da Agência de Fomento do Estado do Amazonas será em 2019, cerca de R\$ 10 milhões maior do que no exercício deste ano

**O**s empreendedores do Amazonas terão R\$ 110 milhões disponíveis para financiamentos, em especial o microcrédito, em 2019. O valor que compõe a maior parte do orçamento da Agência de Fomento do Estado do Amazonas SA (Afeam), é oriundo do Fundo de Fomento às Micro e Pequenas Empresas (FMPES), e é R\$ 10 milhões maior que o de 2018 - além do FMPES, a Instituição disponibiliza recursos próprios.

Outra novidade para o próximo ano é que o limite do Microcrédito Afeam passa a ser R\$ 20 mil. Até este ano, os limites eram de R\$ 500 a R\$ 15 mil. A taxa de juros e as condições continuam facilitadas para quem quer abrir o próprio negócio ou expandir o já existente: 6% de juros ao ano mais prazos de pagamento que incluem período de carência para o início do pagamento do financiamento.



Com maior volume de microcrédito para o Interior do Estado, a Afeam financiou mais de R\$ 90 milhões nos últimos doze meses

As novidades foram aprovadas na 89ª Reunião Ordinária do Comitê Técnico do FMPES, que administra o Fundo, e também norteia o planejamento anual da Afeam. Para 2019, o Comitê aprovou ainda o cronograma de atendimento itinerante por calha de rio. Essa é a estratégia utilizada pela Agência de Fomento para alcançar todos os municípios, já que, além da sede em Manaus, só dispõe de posto em sete cidades.

Fazem parte do Comitê Técnico do FMPES representantes do Estado e de entidades de classe, tais como: Secretarias da Fazenda (Sefaz), Planejamento (Seplan-CTI) e Produção Rural (Sepror), Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (Idam), Federação da Indústria (Fieam), Centro da Indústria (Cieam), Associação Comercial (ACA) e Federação da Agricultura (Faeam).

**Balanco**

Nos últimos 12 meses, a Afeam ultrapassou os R\$ 90 milhões em financiamentos, a maior parte concedida da forma de microcrédito e no Interior amazônico. Os setores mais atendidos são comércio, serviços e primário (agricultura familiar). Esse volume de recursos beneficiou, diretamente, 12,5 mil empreendedores.

## CLIPPING

**Título:** Amazonenses terão R\$ 110 mi para financiamentos e microcrédito maior

**Veículo:** Em Tempo

**Data:** 26.12.18

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Educação

**Página:** 13

**Link:** -



## Reforma da Faculdade de Educação terá normas técnicas

Com o objetivo de dar melhores instalações a servidores e estudantes da Faculdade de Educação (Faced), a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), por meio da empresa Casa Nova Engenharia, vencedora da licitação, realiza reforma dos Blocos Coari, Juruá e Uatumã, além de outros serviços na unidade acadêmica. A reforma teve início no dia 10 de dezembro e a estimativa de conclusão da obra é de cinco meses.

Com o custo estimado em 1,2 milhão de reais, o serviço teve início no dia

dez de dezembro e consiste na substituição do piso em cerâmicas por porcelanato, revitalização do piso vinílico, substituição de divisórias danificadas, pintura da estrutura metálica, manutenção das esquadrias de madeira, com troca de vidros quebrados, manutenção do sistema elétrico e dentre outros.

A fiscal da obra arquiteta Simone Azevedo César, do setor de Engenharia da Prefeitura do Campus da Ufam, disse que a obra está transcorrendo dentro da normalidade.

<b>CLIPPING</b>		
<b>Título:</b> Tempo para abrir empresas diminui		
<b>Veículo:</b> Em Tempo	<b>Data:</b> 26.12.18	<b>Enfoque:</b> Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)
<b>Caderno:</b> Política	<b>Página:</b> 7	
<b>Link:</b>		

# Raquel Dodge emite pareceres contra a reforma Trabalhista

Parte do STF aguardava opinião da PGR para dar sequência à análise de casos que chegaram à corte

**O**A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, emitiu vários pareceres contra a reforma trabalhista, manifestações apresentadas ao Supremo Tribunal Federal (STF) dias antes do início do recesso do Judiciário. Parte do STF dependia do posicionamento dela para dar seguimento à análise de casos, que chegaram à corte.

Todos os pareceres de Dodge são total ou parcialmente contra as mudanças na consolidação das Leis Trabalhistas que vigoram desde 11 de novembro de 2017. As alterações foram aprovadas pelo Congresso e sancionadas pelo presidente Michel Temer (MDB) – o governo responsável foi quem articulou as novas regras. O presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL), que toma posse dia 1º, é defensor de leis trabalhistas ainda mais flexíveis.

Em todas as ações contra as novas regras, a Câmara afirma que seguiu todos os trâmites legais e a Advocacia-Geral da União defende que a nova lei é constitucional. Dodge, em seus pareceres, é contra a correção de dívidas trabalhistas pela taxa referencial e aos depósitos judiciais feitos pela poupança.

O tema é discutido em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC). Para ambos, Dodge fez um parecer.

Para ela, a correção pela TR



A procuradora da República, Raquel Dodge, é contra ao trabalho da gestante ou lactante em local insalubre.

é violação do direito de propriedade. Diz também que decisões do STF sobre correção monetária em condenação ao poder público exigem que a reposição seja feita seguindo a inflação. A sugestão da PGR é que a Justiça do Trabalho use o IPCA, do IBGE, como referência.

Dodge também é contra a fixação de indenização por dano moral ligada ao salário – na nova

CLT, as ofensas geram indenizações que variam de 3 a 50 vezes a remuneração do funcionário. Antes, cabia ao juiz decidir o valor. A PGR acredita que as novas regras são discriminatórias ao trabalhador.

Ela também é contra ao trabalho da gestante ou lactante em local insalubre. Com a reforma, o afastamento só será feito com atestado médico que ex-

resse diretamente a orientação. Para Dodge, é uma desproteção que não condiz com a "relevância dos bens jurídicos em questão (vida, saúde, maternidade, infância e trabalho digno e seguro)".

Em uma ação de outubro, ainda, Dodge se manifestou contra uma nova regra que obriga a definir o valor da causa já na petição inicial. Para ela, isso não deveria ser compulsório.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Congresso aprova emendas

**Veículo:** Portal D24AM

**Data:** 24.12.18

**Enfoque:**  
Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Política

**Página:** Online

**Link:** <http://d24am.com/politica/projeto-proibe-inicio-de-obra-publica-sem-que-haja-dinheiro-reservado-para-o-pagamento/>

POLÍTICA

Publicado em 24 de dezembro de 2018 às 12:42

# Projeto proíbe início de obra pública sem que haja dinheiro reservado para o pagamento

O texto exige que os recursos necessários estejam previamente depositados em conta específica exclusiva. Caso a obra se estenda por mais de um ano, deverá ser reservado previamente o montante para o Orçamento em curso

Agência Câmara Notícias / [redacao@diarioam.com.br](mailto:redacao@diarioam.com.br)



**Brasília** – A Câmara analisa o Projeto de Lei 10755/18, do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), que pretende estabelecer condição para início de obra pública. O texto exige que os recursos necessários estejam previamente depositados em conta específica exclusiva. Caso a obra se estenda por mais de um ano, deverá ser reservado previamente o montante para o Orçamento em curso.



Otavio Leite: há mais de 25 mil obras públicas paradas por falta de recurso. (Foto: Leonardo Prado/Câmara dos Deputados)

Conforme a proposta, a regra será válida para União, estados, Distrito Federal e municípios. O texto limita a obrigação para obras “cujo valor não ultrapasse o teto fixado no enquadramento de micro e pequena empresa”. Em 2018, são consideradas microempresas aquelas com faturamento bruto anual de R\$ 360 mil; no caso de pequenas empresas, o teto é de R\$ 4,8 milhões anuais.

“No Brasil, há mais de 25 mil obras públicas paralisadas por falta de recursos, o que resulta em custos adicionais ao previsto inicialmente”, disse Otavio Leite. “Com a proposta, nenhuma obra será iniciada sem condições financeiras objetivas, o que parece básico como preceito de responsabilidade fiscal.”

### Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Título:** Perspectivas para o mercado imobiliário em 2019

**Veículo:** Agência Brasil

**Data:** 26.12.18

**Enfoque:**  
Positivo (X) Negativo ( ) Neutro ( )

**Caderno:** Economia

**Página:** Online

**Link:** <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-12/confianca-dos-empresarios-da-construcao-tem-maior-patamar-desde-2014>

### **Confiança dos empresários da construção tem maior patamar desde 2014**

Publicado em 26/12/2018 - 11:23 Por Vitor Abdala – Repórter da Agência Brasil Rio de Janeiro

O Índice de Confiança da Construção (ICST), calculado pela Fundação Getulio Vargas, (FGV) subiu 0,8 ponto em dezembro, na comparação com novembro e alcançou 85,5 pontos. É o maior nível desde dezembro de 2014, quando chegou a 88,8 pontos.

Segundo a pesquisadora da FGV Ana Maria Castelo, os empresários perceberam melhora no ambiente de negócios da construção ao longo de 2018, "mas isso não vai se traduzir em um resultado positivo para o PIB do setor".

O Índice de Situação Atual, que mede a percepção sobre o presente, subiu 0,6 ponto de novembro para dezembro e chegou a 74,7 pontos, o maior nível desde abril de 2015 (75,5 pontos).

O Nível de Utilização da Capacidade do setor avançou 1,9 ponto percentual, para 66,6%. As expectativas de recuperação da demanda do setor estão se refletindo positivamente nas intenções de contratação.

A proporção de empresas que relatam redução no quadro de pessoal para os próximos meses caiu de 26,2% em dezembro de 2017, para 20,5% em dezembro de 2018.

A parcela de pessoas que reportaram aumento subiu de 13,9% para 19,5%.

**CLIPPING**

**Título:** Custo da construção civil fecha 2018 com inflação de 3,97%, diz Fundação Getúlio Vargas

**Veículo:** Diário do Amazonas

**Data:** 26.12.18

**Enfoque:**  
 Positivo ( ) Negativo ( ) Neutro (X)

**Caderno:** Economia

**Página:** Online

**Link:** -

**Custo da construção civil fecha 2018 com inflação de 3,97%, diz Fundação Getúlio Vargas**

O Índice Nacional de Custo da Construção - M (INCC-M) fechou o ano de 2018 com inflação de 3,97%, segundo dados apurados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Entre os grandes grupos que compõem a cesta de custos do setor, os materiais e equipamentos tiveram inflação de 6,94%, os serviços, de 4,22% e a mão de

obra, de 1,99%. O item que mais encareceu em 2018 foi o material metálico para estrutura, que teve alta de preços de 10,24%. Em seguida, aparecem as esquadrias e ferragens (9,37%), a instalação hidráulica (8,64%), equipamentos para transporte de pessoas (7,37%), material de madeira para estrutura

(6,89%), instalação elétrica (6,61%) e material para pintura (6,02%). Os itens da cesta de custos da Construção Civil com menores variações de preços foram as pedras ornamentais para construção (1,27%), mão de obra especializada (1,68%), mão de obra técnica (2%) e mão de obra auxiliar (2,06%). A inflação do INCC-M ficou em 0,13% em dezembro deste ano. A taxa é inferior ao resultado de novembro (0,26%).



Arquivo/Agência Brasil



## CLIPPING

**Título:** Claro e Escuro

**Veículo:** Diário do Amazonas

**Data:** 26.12.18

**Enfoque:**  
Positivo (X) Negativo ( ) Neutro ( )

**Caderno:** Política

**Página:** 02

**Link:** -



### **Obra**

A Câmara analisa o Projeto de Lei 10755/18, do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), que pretende estabelecer condição para início de obra pública.



### **Recurso**

O texto exige que os recursos necessários estejam previamente depositados em conta específica exclusiva. Caso a obra se estenda por mais de um ano, deverá ser reservado previamente o montante para o Orçamento em curso.

## Mais notícias

Exame

[Fundos imobiliários podem figurar entre os melhores investimentos de 2019](#)

Uol

[Bolsonaro promete 'rígido controle de concessões'](#)

Folha de São Paulo

[Bancos privados avaliam financiar imóveis na planta, e não só prontos](#)

